



ACTA N.º 14

Sessão Extraordinária Julho

Realizada em 29/07/2022

Aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Ana Carisa Oliveira Martins, João Bastos de Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, António armando de Matos Nabais.

Faltaram os Vogais Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, e Fernando Manuel Martins Nogueira. Faltaram o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos e os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe e Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, António José Jesus Monteiro, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, e António Armando de Matos Nabais.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Victor Manuel Marques de Oliveira, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Ana Carisa Oliveira Martins, João Bastos de Figueiredo, e Ana Catarina Vieira Rodrigues, respetivamente.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, Júlia Margarida Ribeiro Correia, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Julho, cujo ponto se transcreve.

Ponto Único – Apreciação e votação da proposta de Rescisão Unilateral do Protocolo de Delegação de Competências de Gestão do Parque de Campismo de São Jacinto da Câmara Municipal de Aveiro na Junta de Freguesia de São Jacinto.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

Ponto Único – Apreciação e votação da proposta de Rescisão Unilateral do Protocolo de Delegação de Competências de Gestão do Parque de Campismo de São Jacinto da Câmara Municipal de Aveiro na Junta de Freguesia de São Jacinto.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 21/07/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁴ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. De forma muito simples, porque a proposta é propositadamente clara e objetiva nos considerandos, para que obviamente chegue à matéria de propositura. Temos uma competência delegada na junta de Freguesia de São Jacinto há muitos anos e entendemos que, após um conjunto de diligências para que aquilo que corre mal, passe a correr bem, tínhamos constatado circunstâncias que exigiam o fim desse processo e o início de uma nova fase. Sabendo que, não esquecendo, temos entre outras questões um problema de licenciamento, que tem como problema base a titularidade do chão, embora depois há outros problemas, mas esse é um problema de base que até hoje ainda não se resolveu. E os outros, obviamente que pela degradação da infraestrutura, perderam condição de sequer podermos ter o Parque aberto, nomeadamente aquelas que são as duas infraestruturas mais importantes no que respeita à matéria da segurança dos utilizadores. A saber, obviamente, a rede de distribuição de energia elétrica e a rede de combate a incêndios.

Nós procurámos, feita essa constatação, fazer esta rescisão do contrato por mutuo acordo e acordámos (passe o pleonasma) essa opção na reunião que fizemos em Janeiro com a Junta de Freguesia.

Depois de, como sabem, ter havido um processo de difícil de entendimento para viabilizar o Executivo da Junta de Freguesia de São Jacinto, entre a Coligação da Aliança com Aveiro e o Partido Socialista, a Aliança com Aveiro decidiu assumir a sua responsabilidade e criar condições de viabilizar a governação da Junta de Freguesia de São Jacinto.

Como sabemos o Partido Socialista não tem maioria absoluta, o Partido Comunista não quis ser parte desse processo, e nós entendemos, depois de múltiplas diligências, criar condições para que existisse governabilidade. E houve um acordo que permitiu que o Executivo tivesse

a composição que tem atualmente, com 2 pessoas do Partido Socialista e uma pessoa da Aliança com Aveiro. Assumindo a Aliança com Aveiro a presidência da Assembleia de Freguesia.

Portanto foi um ato claro de boa fé política e de investimento numa plataforma de confiança para podermos resolver os graves problemas da Junta de Freguesia de São Jacinto.

E os graves são de múltipla natureza. Mas em primeira linha aquilo que se passa e é público, é no que respeita à saúde financeira da Junta. As penhoras, as dívidas a fornecedores, enfim, toda essa panóplia de circunstâncias. E acordamos nessa reunião, fizemos um acordo informal de princípio, vamos embora trabalhar nesta matéria, vamos também ajudar para que, durante o primeiro semestre se criem condições de planificação do pagamento da dívida, de forma a termos condições para que no segundo semestre, ou melhor para no segundo semestre pudéssemos levar a Câmara e trazer aqui à Assembleia Municipal, o auto de transferência e o contrato inter-administrativo de delegação de competências na Junta. O nosso compromisso, sumariando, foi este.

E pronto, as coisas foram seguindo o seu caminho, mas o caminho foi tendo muitos engulhos. E os engulhos principais surgem quando nós temos terminado um trabalho técnico, absolutamente fundamental, um Relatório de Avaliação Técnica feito por técnicos competentes das várias especialidades que que a Câmara Municipal tem, que constatou e que documentou nesse relatório (está no processo) a situação das componentes principais do Parque de Campismo São Jacinto e, obviamente, trabalhamos também a dimensão jurídica para construirmos um documento que, obviamente, tem que haver um documento, por mais que a decisão fosse de mutuo acordo, esse documento tinha que ser aprovado pelos órgãos envolvidos. Os 4 órgãos autárquicos.

E pronto, quando chegámos a essa condição ter uma primeira minuta base, ter todo o trabalho técnico e jurídico feito, oficiámos a Junta dando conta dessa minuta, com total abertura como é óbvio, para usar essa minuta como base para discutir e para acordarmos um documento e as suas condições e podermos a partir daí executar depois das aprovações formais, executar essa rescisão de mutuo acordo, com a assunção por parte da Câmara Municipal da responsabilidade da gestão do Parque de Campismo de São Jacinto.

Ficando para nós claro, pela análise do documento do relatório técnico, que a assunção dessa responsabilidade tinha que passar obrigatoriamente por um investimento de qualificação e do licenciamento do Parque, dada a evidência. Nós já sabíamos das coisas (fomos sabendo) mas, enfim, a objetividade do Relatório Técnico deixava isso absolutamente claro.

Nesse quadro, enfim, entendíamos que era obviamente necessário dialogar, sentar à mesa, conversar, para acordarmos essas condições e isso não foi possível.

O Presidente da Junta de Freguesia não esteve disponível para essa essa discussão presencial, nas datas que propusemos, nas datas que nós dois acordámos e, portanto, não havendo disponibilidade para o diálogo e havendo uma premência de tomar esta decisão, era absolutamente obrigatório avançar. E avançar, quando não há acordo a dois, nos termos do contrato, tem de haver uma rescisão unilateral.

E, portanto, é esse que é o caminho alternativo, não havia outro caminho alternativo.

Manter a situação já a mantivemos tempo demais e, portanto, não havia uma outra solução que não fosse esta que aprovámos na Câmara Municipal e que trazemos aqui à consideração da Assembleia Municipal, obviamente propondo a sua aprovação da rescisão unilateral. É evidente que há um episódio que perturba gravemente esta relação de confiança, que é fundamental para tudo na vida, mas em processos de dificuldade grave é particularmente fundamental. Eu diria que é um bem essencial.

Foi a notícia que tivemos da dívida da Junta de Freguesia de São Jacinto às Águas da Região de Aveiro (ADRA) superior a 200 mil euros.

É chocante uma qualquer entidade dever tanto dinheiro a uma qualquer empresa. Mas é muito mais chocante quando são duas entidades públicas. A Junta de Freguesia de São Jacinto é uma entidade pública, a empresa Águas da Região de Aveiro é uma entidade pública.

Eu tenho pena de só ter sabido dessa dívida no dia em que recebi o telefonema do presidente da empresa, eng. Fernando Vasconcelos, que me disse, Presidente tenho aqui este problema, já fizemos 3 planos de pagamento, a Junta incumpriu-os a todos. E eu só tenho uma solução agora. A Junta propôs um quarto, mas que é absolutamente inaceitável que é de pagar a dívida em 8 anos e nós não podemos aceitar — e só tenho uma solução que é cortar o fornecimento de água, nos termos das regras que empresa tem devidamente aprovadas pelo seu Conselho Administração.

E o que eu pedi foi, Senhor eng.º não faça isso, percebo e sei que era o que devia fazer, mas o que lhe peço é que não faça isso. Nós estamos a tratar de fechar o Parque porque ainda estávamos com o espectro da possibilidade de uma rescisão por mutuo acordo.

Mas eu disse-lhe, olhe o Parque vai fechar garantidamente e não faz qualquer sentido depois de vocês terem deixado acumular uma dívida desta natureza fazê-lo agora. Eu bem sei que foi por bons motivos, é uma entidade pública, estão lá pessoas, negociaram planos de pagamento na boa-fé do seu cumprimento, eu percebo isso tudo. Mas agora não vá fazer isso, porque perspetivamos fechar o Parque entre outubro e novembro e, portanto, esse problema deixará de o ser em termos de acumulado, obviamente a dívida que está para trás tem que ser paga.

Isto é objetivamente chocante. Mas mais do que chocante é profundamente grave que o Senhor Presidente de Junta e a sua Tesoureira neste executivo e todo o executivo do mandato anterior, tenham ocultado esta dívida de toda a gente.

O atual Secretário não soube dela, soube dela por mim quando lhe telefonei. A Assembleia de Freguesia não sabe, os cidadãos São Jacinto não sabem, a Câmara Municipal, parceira na resolução dos problemas com a Junta de Freguesia nunca soube!

E dizer que a ocultação de uma dívida desta natureza, tem além da gravidade política, tem outro tipo de gravidade da esfera judicial.

E, portanto, não havia mais condição de alimentar esta circunstância e resta-nos este caminho. Na certeza absoluta que executaremos com lealdade tudo o que está nos pressupostos da proposta. Assumir toda a responsabilidade de fechar o Parque, avisar os campistas e fazer todo o trabalho formal e substancial que é preciso fazer e, obviamente, no dia 1 de novembro fechar em absoluto e em definitivo o Parque. Fazer uma grande operação de limpeza. Faço ideia nas profundezas o que é que lá estará. E obviamente depois cada um depois assumir a sua responsabilidade em relação àquilo que lá estiver. E iniciar um trabalho de obra terminados os projetos que já estamos a contratar com os projetistas para fazer os projetos, para o mais rapidamente que nos seja possível possamos qualificar e licenciar o Parque de Campismo de São Jacinto.

Portanto é neste quadro que trazemos esta proposta à Assembleia Municipal, e obviamente estarei ao dispor para as questões que bem entenderem e para o debate quiserem suscitar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos deputados municipais e demais presentes. Valorizamos a atividade campista como importante recurso para todos, mas particularmente para aqueles para quem é, muitas vezes por razões económicas, o único recurso disponível para usufruto do direito a férias e descanso, acesso ao lazer, ao turismo e à cultura.

Valorizamos a escolha de um maior contacto com a natureza com preços mais baixo, em contraste com a restante oferta disponível de hotéis e alojamentos de maior encargo financeiro, insuportáveis, para a grande maioria da população trabalhadora.

O parque municipal de campismo de São Jacinto reúne todas as condições para que se faça um turismo alargado a toda a população portuguesa e estrangeira, inserido junto da Reserva Natural das Dunas São Jacinto e junto à nossa bela Ria, sendo um local de excelência e aprazível relevante.

Depois de analisada a proposta que nos é apresentada de rescisão unilateral do protocolo de delegação de competências de gestão do parque de campismo São Jacinto entre que Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de São Jacinto, o PCP lamenta que se tenha chegado a este ponto de rutura, nomeadamente pela grave e prejudicial gestão da Junta de freguesia de São Jacinto e o referido parque de campismo.

O PCP, em sede própria, tem nos últimos anos denunciado a situação menos correta com que a Junta de Freguesia tem sido gerida, como foi atestado na Conta de Gerência do ano de 2018, 2019 e 2020 e em que o PCP votou contra. Não tendo sido ainda apresentados a prestação de contas de 2021 - lamentavelmente ainda não apresentadas.

A retirada da concessão desta estrutura à Junta de Freguesia de grande importância para a população de São Jacinto, espera o PCP que não seja uma forma desvirtuar o carácter da mesma, defendendo ainda que sejam acautelados os interesses dos trabalhadores e a sua respetiva regularização.

A posição de voto PCP vai no sentido de pôr realmente fim ao estado da situação do Parque de Campismo e os seus apêndices, apresentados pela Câmara Municipal em reunião de 21 de Julho. Estamos a votar esta proposta, mas tendo em atenção apenas esta proposta, não querendo dizer que aceitamos qualquer acordo para uma futura exploração privada do referido Parque, mas sim uma gestão pública municipal. O Parque de Campismo Municipal de São Jacinto, no quadro de isolamento geográfico da freguesia, tem um papel indispensável. Esperando-se por isso, dentro da estratégia municipal do turismo para Aveiro, o investimento essencial para a sua viabilidade e à comunicação de ser um espaço de lazer e descanso para mais que muitos turistas.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhores vereadores, deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, restante público presente. Nós, por princípio, somos obviamente a favor da transferência de competências para as juntas de freguesia, por considerarmos que são elas que estão em melhores condições de executar uma política de proximidade. No entanto, perante a documentação que nos foi fornecida, que aponta para graves incumprimentos da Junta de Freguesia de São Jacinto na gestão do parque de campismo e são incumprimentos que já vem de muitos anos atrás, não se tratam de incumprimentos relacionados com a pandemia.

Portanto os incumprimentos da Junta de Freguesia de São Jacinto são muito anteriores à pandemia. Por exemplo, é referido que desde o ano 2009 que não apresentam Contas reportadas, desde 2009 também que não procedem ao pagamento da transferência pecuniária que está obrigada de 60% do valor da receita líquida anual do parque. Também foi agora tornado público mais recentemente, que a Junta de Freguesia tem uma dívida com a empresa da ADRA superior 200 mil euros. Que a água no Parque só não foi cortada devido à intervenção do Senhor Presidente da Câmara. E, além destes incumprimentos são reportados vários outros, também graves.

Portanto, parece-nos que estamos aqui perante um caso óbvio de incapacidade da Junta de Freguesia de São Jacinto em e gerir o Parque de Campismo com o profissionalismo e a competência que este merece.

Nós tivemos também conhecimento através do Jornal de Notícias de Aveiro do passado dia 23 de Julho, que o Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto emitiu um comunicado nas redes sociais, onde atira parte das responsabilidades para a Câmara Municipal de Aveiro, acusando por exemplo a Câmara Municipal do incumprimento do acordo na sua cláusula quarta, que diz respeito aos encargos laborais! E o Presidente da Junta de Freguesia diz também que continua disponível para chegar a acordo.

Portanto nós aqui aquilo que estamos a assistir é no fundo um passa culpas entre a Câmara Municipal e a Junta de freguesia, na qual nós, Partido Chega não queremos fazer o papel de juízes, até porque estes problemas são antigos e são muito anteriores à nossa entrada na nesta Assembleia.

No entanto, nós procuramos fazer uma análise o mais objetiva possível dos factos e nós estamos aqui apenas para zelar, apenas e só para zelar pelos interesses dos munícipes do concelho de Aveiro. E no nosso entendimento, os munícipes em geral não estarão muito interessados em saber se o parque é gerido pela Junta de Freguesia ou pela Câmara ou se a rescisão vai ocorrer por mútuo acordo ou não. O que os munícipes querem é um Parque operacional, com boas condições, e que este problema seja resolvido o mais rapidamente possível, porque um Parque de Campismo reabilitado, se for gerido com competência e profissionalismo, pode desempenhar um importante papel na dinamização do turismo e do comércio local e pode ser também uma importante fonte de receita para a autarquia.

Também salientamos que o protocolo assinado em 2003 prevê a rescisão unilateral por qualquer das partes por motivo de incumprimento imputável à outra parte. E independentemente da rescisão unilateral ocorrer por parte da Câmara ou por parte da Junta de Freguesia, a responsabilidade pela gestão do parque volta sempre para a Câmara Municipal de Aveiro.

Portanto é nosso entendimento que, a solução que melhor permite agilizar a requalificação do parque de campismo e acabar de uma vez por todas com este passa-culpas que estamos a assistir e também a solução que melhor defende os interesses dos munícipes e os interesses turísticos económicos da região passa, obviamente, por a Câmara Municipal de Aveiro assumir o quanto antes a total responsabilidade pela gestão do parque de campismo. Portanto e para finalizar e em jeito de conclusão, nós em princípio votaremos a favor desta proposta de rescisão unilateral. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha pela internet. Reconhecemos o valor do Parque de Campismo de São Jacinto, para a Junta e para a Freguesia, mas é de lamentar que se tenha deixado a situação degradar a este ponto e que as partes não tenham conseguido chegar a acordo, pois está aqui em causa a segurança dos utilizadores do espaço.

Como São Jacinto necessita de um olhar mais atento por parte da autarquia votaremos favoravelmente, não obstante esperamos ouvir a versão do Presidente de Junta de Freguesia sobre a matéria em questão. Obrigado.”

Vogal Ivo Alexandre (BE)[010](#)

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito boa noite a todos. Excelentíssima da mesa da Assembleia, Executivo, caros colegas. Apenas para dizer que realmente isto é mais um ato de boa gestão desta Câmara Municipal e deste executivo. Porque realmente a situação do Parque de Campismo não se podia prolongar e, portanto, estamos completamente de acordo com a situação, com rescisão do contrato e além disso, a própria Câmara se compromete e consegue manter o Parque e

encerrar o Parque apenas a partir de novembro. Portanto a época balnear pode ser usufruída pelos utentes que lá estão. Portanto isso acho que é um ato bastante positivo desta nossa autarquia. Muito obrigado.”

Vogal António Aguiar (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite a todos. O que está em causa é a rescisão de um acordo do protocolo. É assim, o Presidente Aguiar e a Junta de Freguesia nunca foram contra a rescisão do acordo. Sempre foi a favor que a Câmara tomasse posse do Parque de Campismo.

Aquilo que o Presidente Aguiar não é a favor é do acordo de rescisão, que tivemos antes como base da rescisão do protocolo, o acordo de revogação. Isso é que não é de acordo.

Porque quando recebemos o acordo de revogação não podíamos aceitar que em 3 meses retirássemos os 230 campistas do parque, como não podíamos aceitar que a Junta, caso não conseguisse pagar a tal a dívida que tem com a Câmara dos 60% sobre o Parque, que a Câmara reclama e caso a Junta tinha que entregar património. E depois, ainda que se não entregasse património e não fosse de uma forma nem doutra, a Câmara iria para a via judicial. E aí não podíamos aceitar isso.

O que não aceitámos foi o acordo de revogação do protocolo. Era isso que não aceitávamos. Por isso, que seja bem claro, eu sempre fui de acordo com a entrega do Parque à Câmara. Mas não com aquele acordo que nos apresentaram de revogação do protocolo.

Relativamente à minha falta na reunião, Senhor Presidente. Depois de várias tentativas de tentar mudarmos o acordo de revogação sempre sem resposta. Foi uma, foi duas, foi três, foi quatro sem resposta, e atendendo aos acontecimentos seguintes, eu digo-lhe que a posição que tomei a tomaria hoje e conscientemente não estaria nessa reunião. Obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Senhor Presidente, para poupar algum tempo, duas questões muito breves. Ouvi ali o deputado Carlos Barros a dizer que foi um ato de boa gestão da Câmara. Eu acho que tendo em conta o que estamos a decidir de facto assim é. De facto, assim é e votarei a favor da desta denúncia unilateral. Desculpem lá não dizer rescisão, mas incomoda-me um bocadinho. Portanto da denuncia unilateral. Mas pergunto por que é que este ato de boa gestão, sendo o Senhor Presidente da Câmara, um presidente de câmara experiente, tendo feito uma reunião de câmara politicamente muito forte há coisa de um ano atrás sobre também a Junta de São Jacinto, pergunto-lhe: por que é que não pagando esta junta de freguesia nada à câmara e não cumprindo o protocolo, aliás como é indicado no documento de denúncia, desde 2009. Desde 2009 quando o Senhor Presidente chegou à Câmara já lá iam uns valentes anos de não cumprimento, porque é que o senhor Presidente não procedeu à denúncia desde logo?

E porque é que não procedeu há um ano atrás? É essa a pergunta que lhe faço, porque não deixo de achar surpreendente e, portanto, é essa a questão que lhe deixo. Não consigo entender a sua surpresa, quando não lhe foram nunca apresentadas as Contas do Parque e deviam segundo o protocolo diz. E deviam. O que me faz pensar, enfim, não quero lançar suspeitas, mas quer dizer, nestas delegações de competências os contratos têm que ser todos cumpridos. Nós, Assembleia Municipal, partimos desse princípio. Em bom rigor a Câmara faz a sua própria fiscalização e bem, não estou a dizer o contrário. Mas é preciso estarmos atentos a isto porque podem surgir mais as questões dessas.

Para mim, como autarca municipal do concelho, não me restam quaisquer dúvidas, até porque o senhor Presidente disse aqui na sua intervenção que o Parque não estava em condições de funcionar e, aparentemente, vai deixá-lo funcionar até Outubro ou Novembro. Portanto ou a sua primeira intervenção foi um bocadinho excessiva neste sentido e, portanto, aquilo não está em condições mais ou menos de se ir mantendo ou então não há condições e

então tem de fechar ou então é uma declaração um bocadinho alarmante. Ou tem condições ou não tem condições. Portanto eram estas as duas questões que deixava para já.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Obrigado Senhor Presidente. Quero saudar a Mesa, Digníssima Câmara, Senhores deputados e quem nos está a ouvir. Apenas umas breves palavras sobre este processo. Este problema já tem uns anos, mas eu não queria aprofundar porque o Senhor Presidente já explanou e, portanto, tal reflete aquilo que fomos ouvindo ao longo dos anos.

Fundamentalmente aqui, no interesse dos aveirenses e sobretudo no interesse de São Jacinto é fundamental que este processo termine e que a Câmara execute uma verdadeira requalificação do parque. Que tem umas condições de enquadramento ambiental no seu conjunto, formidáveis. E que poderia o melhor parque de campismo do país, assim a requalificação seja feita com qualidade. E eu tenho a absoluta certeza que isso será feito, até pela estória das obras que o Senhor Presidente tem feito no município isso vai acontecer e que estaremos perante uma grande mais valia para o município de Aveiro, mas também sobretudo para o desenvolvimento da freguesia de São Jacinto. Obrigado.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Cumprimentar todos, mas em especial os cidadãos de São Jacinto. Tentarei ser o mais objetivo, concreto e sucinto possível, pois o assunto assim o exige.

Estar a apreciar a rescisão do Protocolo de Delegação de Competências de Gestão do Parque de Campismo de São Jacinto, da Camara Municipal para a Junta de Freguesia, que vigora desde 2003, não orgulha ninguém.

Mas meus caros, deve envergonhar e muito o PS na governação da Junta de São Jacinto, pela má gestão do Parque!

Hoje, o que todos esperávamos do Sr. Presidente da Junta e do Partido Socialista era um momento de humildade, um momento de reconhecimento pelos erros, mas sobretudo, esperávamos respostas e explicações. Não aconteceu!

Por esse motivo teremos de tentar obter algumas dessas mesmas explicações através de algumas questões claras e objetivas.

Assim, recordo que, em 1 de outubro de 2021 o ainda Presidente da Junta de São Jacinto, afirmava na Terra Nova que estava a preparar a entrega das Contas de 2020, que estavam ainda por votar. Passou quase um ano, como estão essas contas de 2020? E já agora as de 2021?

Na mesma entrevista na Terra Nova, o ainda Presidente da Junta referia que existiam dívidas correntes a Fornecedores a rondar os 100 mil euros, repito 100m€.

Assim devemos ser esclarecidos porque este valor não era verdade ou o que aconteceu desde outubro de 2021 para estarmos a analisar documentos que referem mais de 350 mil euros de dívidas, repito 350m€!

Em relação ao Parque Campismo, sabe dizer-nos o ainda Presidente da Junta, quanto faturou o Parque de Campismo desde o início das suas funções como Presidente de Junta? Pode fazer chegar essas Contas a esta Assembleia Municipal para nosso conhecimento?

Na clausula terceira do protocolo estava prevista a entrega de 60% da receita líquida anual do Parque à Câmara. Qual foi o montante que foi entregue pela Junta na Camara durante este período?

Mas vamos por partes. O Acordo datado de 2003 com o objetivo de ter uma gestão de proximidade no Parque, previa na clausula segunda, nomeadamente, ser responsabilidade da Junta de Freguesia:

- a) *promover o processo de legalização;*
- b) *que a Junta de Freguesia liquide as despesas correntes ao funcionamento do Parque;*
- c) *providenciar a manutenção do Parque e dos seus equipamentos;*
- d) *contratar os funcionários necessários;*
- e) *lançar o concurso para exploração do mini-mercado, snack bar e restaurante.*

Assim, como é que o Presidente da Junta de Freguesia e o Partido Socialista justificam uma dívida de 204mil euros à ADRA, depois de consecutivos incumprimentos nos acordos definidos com a empresa de distribuição de água? Algo impensável se o devedor fosse um qualquer cidadão aveirense.

Depois, quantos são na data de hoje os funcionários afetos ao Parque de Campismo? Existem nesta fase, duas empresas de trabalho temporário a quem a Junta de Freguesia deve cerca de 100mil euros!? No total, quantas mais empresas são credoras e quais os montantes?

E estes montantes, são referentes a que espaço temporal e representam quantos colaboradores adicionais ao serviço?

Sr. Presidente da Junta, pode disponibilizar os contratos dos concursos de exploração do minimercado, snack bar e restaurante, ou pelo menos esclarecer quais os montantes, prazos, carências e penalizações associados aos mesmos?

Sabemos que continuam a chegar processos judiciais de penhora sobre serviços pedidos pela Junta de Freguesia de São Jacinto e não pagos. Quantos mais são expetáveis que apareçam? E quais os seus montantes?

A Junta de São Jacinto tinha ao seu dispor meios para realizar um trabalho de qualidade e com recursos que nenhum dos outros Presidentes de Junta dispõe. Mas a opção foi endividar não só a atual geração, mas as futuras gerações que ali vivem. Assim esta rescisão não faria mais sentido ter sido obtida por mútuo acordo com a Câmara?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em julho de 2021, quando a CMA alertou aqui para o problema que se agrava em São Jacinto, o PSD e a coligação Aliança com Aveiro foram acusados de eleitoralismo.

Um ano volvido, aqui estamos e efetivamente numa coisa estamos de acordo com o Partido Socialista, a situação em São Jacinto não era como pensávamos! É muito pior.

Senhor Presidente, para finalizar, e considerando que não terei as respostas que pretendo, deixo à consideração do Senhor Presidente da Junta de São Jacinto e do Partido Socialista o seguinte pensamento: “quem não consegue ser parte da solução, torna-se parte do problema”.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

“Boa noite. Senhor Presidente da Mesa, na pessoa cumprimentar todos os presentes. Senhor presidente da Câmara, restantes vereadores, caros colegas, membros da Assembleia Municipal, caros concidadãos presentes online, órgãos de comunicação social.

Hoje 29 de Julho de 2022, nesta Assembleia é um dia triste. Penso que em nenhum ano dos anos da democracia aveirense e quando Aveiro tinha 14 juntas de freguesia, agora só tem 10, nunca nenhuma junta de freguesia esteve a ser escrutinada por má gestão, como hoje estamos a fazer aqui.

Mas sobre isso nesta primeira intervenção não vou falar. Vou mais dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara e pedir-lhe que, depois da assunção do Parque de Campismo, a câmara faça um projeto capaz, a câmara desenvolva um projeto capaz que torne o parque de campismo São Jacinto, o Parque de Campismo de Aveiro e que esse parque de campismo depois de requalificado seja mais um chamariz, mais um ícone, mais uma opção de primeira escolha da região.

Penso que Aveiro, que já têm este parque de campismo, portanto já tem essa opção, mais que ter o direito, tem obrigação de ter um parque de campismo capaz, um parque de campismo que seja chamador de turistas e de residentes que optem e que gostem desse estilo de férias. Senhor Presidente, portanto, a questão que lhe deixamos é se está só a pensar numa requalificação para o tornar utilizável ou está a pensar numa requalificação para o tornar mais um ícone de Aveiro? Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Senhor Presidente, muito obrigado. Eu acho que as intervenções da Assembleia deixam tudo muito claro.

E a questão mais clara deste processo é que da parte da gestão da Junta de Freguesia, nada! E não vale a pena fazer muitas perguntas, porque as perguntas foram feitas durante muito tempo, numa boa ambiência que sempre tivemos na relação de trabalho com o Presidente António Aguiar basicamente até novembro de 2020. Porque é aí que ele tem um ato político que passou a mostrar, que pessoa e que político é ele. Mas até aí sempre foi de cooperação, de disponibilidade para resolver os problemas, procurando conhecer os problemas.

Ninguém consegue resolver um problema se não o conhecer. E quando nós estamos a falar com uma Junta de Freguesia, em reuniões e foram tantas e perguntar qual é a dívida, quais são as dívidas maiores, porque não há um documento. Esta é a única instituição autárquica do nosso município em que nós não temos resposta de qual é a dívida!

Se vocês quiserem saber a dívida da Câmara, enfim, agora não sou capaz, mas amanhã de manhã estamos a mandar um email que a dívida da Câmara.

Quer dizer, esta questão de uma entidade pública ocultar, esconder, o esconder é mentir. É da maior gravidade. E quando é uma dívida de 200 euros é grave, então quando é de 2.000 e muito grave, mas então quando é de 200 mil euros, já nem sequer está na tabela da gravidade porque passamos para um caso de polícia. Um caso que exige investigação criminal.

Quero deixar aqui claro e dizer ao Bloco de Esquerda que andou a ver coisas que não existiram. A Câmara acabou a discussão política com o senhor presidente da Junta de São Jacinto, acabou.

Nós tomámos a decisão de Câmara, comunicámo-la publicamente porque é nossa obrigação legal dar a conhecer as decisões que tomamos. Senhor Presidente fez um comunicado, o Partido Socialista fez outro comunicado, da nossa parte não vai haver comunicado algum.

Neste caso já não há nada de político para tratar com a Junta de Freguesia de São Jacinto, nada. As questões estão noutra nível e os testemunhos que ouvimos são de uma gravidade arrepiante, portanto acabou a disputa política.

Eu só tenho pena, muita pena, daquilo que aconteceu o ano passado na nossa decisão, enfim, a maior parte de nós já cá estávamos no ano atrás, tenho muita pena que o que aconteceu acontecesse em ano eleitoral. Estávamos a poucos das eleições e o Partido Socialista e não só, digeriu aquele ato e que nós não podemos tomar outro ato, pois tinham chegado uma carrada de penhoras, foi uma questão legal, só que como era ano de eleições, a análise que se fez e aquilo que se procurou cultivar foi, isto não é nada de ilegalidade, isto é a Câmara a tentar destruir a candidatura do Partido Socialista, liderada pelo Presidente António Aguiar.

Eu tenho muita pena de aquilo ter acontecido em ano eleitoral e em ano eleitoral e muito perto de eleições. Paciência, porque aquilo que era um processo, uma chamada de atenção grave, estamos a falar de muitas dívidas, estamos a falar de empresas que se saturaram de estar à espera para receber, que acionaram processos judiciais com agentes de execução. Estamos a falar disto! E quando nós chegámos ao limite dos limites na gestão desse processo e fizemos o que fizemos, na Câmara e na Assembleia Municipal foi porque não podíamos legalmente fazer uma outra coisa.

Mas a poucos meses de eleições aquilo o Partido Socialista alimentou que a Câmara estava a usar o seu poder para estragar e a prejudicar a recandidatura do Presidente António Aguiar. Eu espero que entendam que aquilo que estamos a fazer agora é aquilo que tem que ser feito. E temos uma vantagem. É que agora não há eleições por perto. Pelo menos essa ambiência não existe. Mas vos garanto, como garantia há um ano atrás, que o que fizemos no ano passado não tinha nada a ver com disputas legítimas e democráticas político-eleitorais, nada. E, portanto, perguntava o Pires da Rosa, porque é que só agora?

O Pires da Rosa vai fazer essa pergunta qualquer dia outra vez aqui, porque irei cá trazer um dos três processos mais complexo que herdei na Câmara de Aveiro. De uma complexidade, de uma delicadeza, no foro institucional e pessoal, muito complexa e gravíssima.

Eu digo sempre que eu hoje, como presidente de Câmara, só tenho um dossier, que me perturba a minha estabilidade como presidente de Câmara, que é esse dossier, que cá virá em setembro ou então na reunião de novembro.

E o que é que nós tentamos nestes processos? E o que é que nós tentamos nestes processos? Nós tentamos resolver, tentamos dialogar, tentamos dar uma oportunidade. É assim que fazemos. O que é que vocês diriam se nós fizéssemos isto no primeiro ano que cá chegámos? Que não dialogámos, que não somos tolerantes. Não, não é demorámos tempo demais. Olhem, às tanta sim demorámos tempo demais. Mas o que é que vocês diriam se fizéssemos isto no ano passado? Ou há dois anos? Ou nas eleições em 2017.

A questão é que quando nós acordámos com o Presidente António Aguiar que era neste mandato, logo no início, 21 de Janeiro, que iríamos resolver este problema, porque em bom rigor formal eu devia ter mandado fechar o Parque, porque é minha responsabilidade. E o Presidente Aguiar sabe disso. E o Presidente anterior António Costeira sabia disso! Eu só tinha um ato a praticar porque o Parque não é legal, não tem licença, feche-se. Era esse o único ato que eu tinha para praticar.

Mas a tolerância, o diálogo, a delicadeza que é uma Junta de Freguesia de outro Partido, se fosse da Aliança com Aveiro tinha-o feito. Acabou, temos que resolver o problema. Dói, mas dói na família.

Mas pronto, procuramos dialogar. Mas quando chegamos a uma situação de ver que afinal a confiança não existe, que afinal a mentira é o recurso principal que o Presidente da Junta continua a usar, ponham-se aqui no meu lugar de bom gestor público que procuro ser.

Não há mais nada a fazer. Nós estamos já, a disputa política acabou. Ponham isto na vossa cabeça. Da nossa parte Câmara não há mais um comunicado.

Vamos comunicar as decisões que temos de tomar formalmente, pois, com certeza, mas acabaram as disputas. É o Presidente António Aguiar e o Partido Socialista tem que resolver essa parte. Nós já vamos só tratar da outra formalidade, comunicação formal a quem tem que pôr a mão a este problema, porque este é um problema grave. Isto é uma unidade do Estado completamente dada à costa, completamente perdida, que não presta Contas, que oculta coisas gravíssimas. E quando nós já não esperamos mais nada achamos que já sabemos tudo, ainda chega mais uma.

Esta semana chegou mais uma penhora, que achei estranha. Uma penhora de valor ligeiramente superior a 30.000 euros, de uma empresa com o nome estranhíssimo. Nós não conhecíamos. Fomos obviamente saber. É inacreditável, mas este Presidente de Junta e a sua Tesoureira, já vão na loucura de fazer contratos de factoring e depois não honrarem os compromissos com a empresa de factoring.

E esta penhora que recebemos esta semana é de uma empresa de factoring. Isto é passar para lá do cúmulo. É que é grave não pagarmos as nossas responsabilidades, mas é mais grave, nós dizermos a essas entidades que vamos aqui usar um procedimento, que é o procedimento legal, normal, de factoring para as pagar, mas nem cumprimos com umas nem cumprimos com outro.

Eu nunca tinha visto uma penhora metida por uma empresa de factoring. Eu nunca tinha visto na minha vida. Na administração pública local vos garanto que nunca, bem em absoluto não posso, mas duvido que haja outro caso de penhoras de empresas de factoring.

É como a estória que estamos aqui a fazer. Quando se chega ao ponto de rasgar e romper com um acordo é porque já não há mais nada a fazer.

A ADRA devia ter feito o telefonema para mim o ano passado ou há dois anos? Claro que devia. Mas eu compreendo que o não tenha feito. Compreendo. A Junta é uma entidade pública. É um Parque de campismo que presta serviço a pessoas. Esforçaram-se por obter planos de pagamento, disseram que os iam cumprir. Eu fiz vários telefonemas e o meu chefe de gabinete mais do que eu para a EDP. Alguns deles a pedido do presidente António Aguiar, para telefonarmos à EDP para não cortarem a luz porque iam pagar mais um bocadinho da dívida.

Isto é para lá do fim da linha. Como é que isto se resolve? Isso é uma questão que, obviamente, estamos ao dispor, como sempre estivemos, mas é preciso rigor, verdade e seriedade. E o Presidente da Junta de São Jacinto não é praticante de nenhuma destas virtudes.

O António Nabais fez intervenções obviamente importantes. Mas dar-lhe conta que nós neste processo cuidaremos dos interesses dos trabalhadores, de toda a gente. Só que ainda não sabemos grande coisa. Fomos pedir informação, o Presidente Aguiar dei-nos alguma informação. Mas não sabemos muito. É minha profunda convicção de que depois de termos mãos em tudo, então nós vamos saber mais coisas. Agora cuidaremos dos interesses de toda a gente. E, portanto, só lhe garanto isto como princípio. De resto, como perceberá, não posso dizer mais do que isto em nome da verdade e do rigor.

O Gabriel diz que houve um passa culpas! Gabriel o que disse até aqui chame-lhe o que quiser, como é evidente. Mas não é essa a questão. A questão é que chegámos ao limite, chegámos ao fim da linha. E esta questão do relatório técnico, nós já sabíamos que as coisas não estavam bem, mas constatar é diferente. Mas especialmente a questão da ocultação da dívida da ADRA, tem aqui uma diferença total e absoluta. Eu fiz um telefonema ao Presidente António Aguiar quando soubemos da dívida, e fiz-lhe o telefonema também para marcarmos de viva voz, uma outra data, de mais uma reunião. E o telefonema foi duro porque eu estava obviamente chateado. Como é que é possível esta Junta, este Presidente de Junta com quem tenho horas de trabalho, me ter ocultado uma coisa desta gravidade, deste tamanho!?

Na reunião de 21 de Janeiro 2022. Já nem vou falar para trás. Naquela reunião e que foi uma excelente reunião em que fizemos um compromisso, e tem a lata e a pouca vergonha de me manter ocultada uma dívida astronómica. Estamos a falar de uma dívida astronómica.

E, portanto, nós não estamos aqui a passar culpa de nada. Estamos aqui a pôr em ordem formal o último dossier que temos com a Junta de Freguesia de São Jacinto, que não está em ordem formal. Como perceberão, não há condição nenhuma, nem legal, nem financeira, nem política, para estarmos aqui como gostávamos de estar a propor aprovar os autos de transferência na Junta e o contrato inter-administrativo de delegações de competências. Tenho muita pena. Mas não há a menor condição.

Quanto ao Ivo Alexandre, o meu amigo está com alguma perturbação esquerdóide. Dizer que a Aliança com Aveiro “se prestou”! Há documentos escritos e claros e somos gente honrada, nomeadamente o nosso Secretário da Junta de freguesia Arlindo Tavares “prestamos” foi em resolver o problema, ajudar a resolver o problema. Exortamos o Partido Comunista a vir connosco. A nossa proposta que está escrita, propôs um compromisso político de todas as forças políticas com assento na assembleia de freguesia de São Jacinto. Partido Socialista a liderar, pois com certeza, Aliança com Aveiro e Partido Comunista. Vamos embora todos para a junta, vamos resolver este vergonhoso problema (não sabíamos é que era tão vergonhoso), nós somos homens sem medo, estamos aqui para servir os cidadãos e para falar verdade e para resolver os problemas de frente.

O Partido Comunista lava-as-mãos como o Pilatos. Abstém-se nas votações e não estamos nem aí. Eu falei com responsáveis do Partido Comunista ao mais alto nível do país para procurar sensibilizar o Partido Comunista que era importante resolver este problema.

Depois tivemos uma decisão ou vamos nós ou não vamos. E nesse pacto de confiança, nessa esperança, de que as coisas podiam seguir um bom caminho assumimos. Agora deixe-se dessas demagogias absurdas e mentirosas que agora a direita, como você diz, só se for a direita da sua mão é que é responsável pelo problema financeiro brutal em que está metida Junta de Freguesia.

A Aliança com Aveiro não tem nada a ver com nada disto. Entrámos, assumimos um compromisso sério e cristalino negociado por escrito e por muitas conversas. Agora você vir com essa demagogia de que afinal agora a responsabilidade é nossa, espere aí porque a coisa é muito séria.

Olhe já parece o Pires da Rosa. Pires da Rosa a estratégia que segue é uma estratégia que não interessa. A Junta tem uma dívida astronómica, mas isso não é importante! A dívida da Junta não se resolve, a Junta oculta dívida, não paga, acumula penhoras. Então isto não é importante? O importante é porque não se fez este ato o ano passado ou há 2 anos.

Não vale a pena desvirtuar. A ADRA tem esta dívida toda. Por que é que o telefonema da ADRA não foi feito no ano passado ou há 2 anos? Não, o problema não é da ADRA a culpa é de quem não paga a dívida. E não é só do parque de campismo.

A Junta não paga as contas de água de lado nenhum. Nem do cemitério, nem da sede da Junta, de lado nenhum. Vai entregando assim aos bochechos uma facturita ali, uma facturita acolá, é tudo. Não é só o contador do parque de campismo que está em dívida. Há outros contadores. Nós temos a relação total da dívida à data de 14 de Julho.

E, portanto, não vale a pena esses argumentos. Esta questão do ladrão roubou e quando saiu o polícia deu-lhe uma cacetada e o polícia e que é um malandro que bateu o ladrão. Não, o ladrão é que roubou e é ato que está errado.

Portanto esta conversa de procurar virar o jogo ao contrário com o tal benefício do infrator, não vale Pedro.

Primeiro Pedro, acho que não vale a pena politicamente. Eu repito, com clareza, da parte daquele municipal de Aveiro a disputa política com a Junta de freguesia e com o Senhor Presidente acabou. E a tal reunião que eu não consegui ter no dia que acordei com o Senhor Presidente da Junta, foi uma boa conversa com a Senhora Tesoureira e com o Senhor Secretário da Junta. Porque a Ana e o Arlindo vieram à reunião. O Presidente da Junta não veio, mas eles vieram. Eu fiz a reunião. Como é lógico faltava a peça fundamental, mas eles vieram e tivemos ali uma boa conversa os três. Pronto são pessoas que eu estimo e considero E, portanto, não vale a pena fazer de conta que isto não tem a gravidade que tem. E a gravidade já não é política. Estamos a falar de questões judiciais eventualmente criminais. Estamos a falar de coisas de uma gravidade que ultrapassa a disputa política.

É por isso que é, de facto, muito importante, que o Partido Socialista trate da questão política como entender por bem. Eu tenho as conversas que tenho com o senhor presidente da estrutura do Partido Socialista. Essas conversas ficam entre nós. Mas essa matéria política fica na mão do Partido Socialista.

Agora a outra matéria política, a outra matéria que deriva da gestão política, essa vai para o seu caminho. Esta rescisão unilateral que, obviamente, esperemos que a Assembleia aprove vai para o terreno ser executada e, obviamente, vai despoletar um conjunto de outras situações, porque o que está em causa é grave demais para a gestão do Estado.

A população de São Jacinto vai ser prejudicada? Não, nem um milímetro. Agora vamos reforçar ainda mais os meios para que aquilo que seriam as funções da Junta, nós assumimos as funções. Fica mais caro, fica. Não temos um vereador residente em São Jacinto para nos tomar conta das operações. Mas nós estamos já no terreno e vamos estar mais, porque com esta Junta de Freguesia não é possível. Os recursos básicos da gestão não existem. Basta.

É por isso que, estimado Bruno Costa, não vale a pena intervenções tão longas com tantas perguntas. Porque até hoje nós não temos respostas a coisas bem mais básicas e a perguntas mais curtas e a textos mais curtos. Sempre em bom ambiente, sempre em ambiente tranquilo, à mesa, às vezes à mesa da refeição. Apenas quando alguém é drogado de um produto pesado, por mais que se tente, a alienação é de tal ordem que não se deixa, não consegue deixar a droga. E, portanto, este processo tem essa importância.

Com o fim deste contrato, a relação institucional de entregarmos competências da Câmara à Junta de freguesia acabou. E aqui acaba a dimensão política desta questão. E, obviamente, é preciso trabalhar, como vamos trabalhar, como já estamos a trabalhar e a primeira questão é a decisão que aqui tomaremos. Com a clareza da aplicação substancial e formal das várias medidas que derivam desta situação.

Manuel Prior pergunta se nós queremos fazer apenas uma coisa básica de cumprir obrigações básicas para que o parque possa abrir licenciado e sem estes problemas de pôr em risco pessoas e bens ou se queremos algo mais?

Nós no trabalho que temos feito de desenvolvimento, de estudos prévios de projeto, obviamente estamos a ponderar o algo mais.

É evidente que temos de ponderar vários fatores. Temos que pode ponderar o fator ambiental. Temos à volta uma Ria e uma Reserva Natural. Temos que ponderar fatores de custo. Enfim, temos aqui um custo. Mas estamos objetivamente a ponderar além dessa capacitação básica, podermos ter uma capacitação adicional, como também o António Nabais disse, de capacitação, tirando proveito de uma localização que é absolutamente notável. Se a gestão vai ser pública ou privada, António é uma reflexão que ainda temos para fazer. Agora certo é que para haver gestão pública ou privada temos que tomar esta decisão, fazer o investimento, disso não temos dúvidas. Em tempos, ainda com o Presidente António Costeira, reuni com os principais operadores de campismo em Portugal perguntando se estavam disponíveis para fazer uma operação de investimento e gestão. E, obviamente, como o investimento que é preciso fazer de qualificação é um investimento de montante especialmente se quisermos pôr muitas estrelas na classificação do parque, nenhum desses operadores estava interessado. Hoje não sei. Não fizemos nenhuma auscultação de mercado. Mas neste momento isso não nos interessa. Interessa-nos tomar esta decisão. Implementá-la. Executar projetos. Executar obra. Entretanto vamos aprofundar essa discussão e tomaremos uma decisão. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos. Ouvi com atenção o que foi dito até agora. Li a documentação que nos foi presente. Isto quase que remete com adaptação para um livro do século 19 que é Mistério da Estrada de Sintra. No caso é quase o mistério da estrada de São Jacinto! E o mistério é para onde é que vai a receita do parque de campismo? O Parque de Campismo não tem receita, os campistas não pagam, o supermercado não paga, o restaurante não paga, para onde é que vai receita? Não há uma conta de exploração básica, aquilo sem ofensa para os merceeiros, a chamada contabilidade de merceeiro deste parque de campismo, onde recebemos e custa-nos tanto.

Já sabemos que em manutenção se gasta pouco. O relatório diz que houve alguma manutenção, algumas pinturas, é verdade, está aqui escrito no relatório. Mas será a manutenção da mais básica que é necessário fazer.

Depois há uma coisa que me surpreende. O grupo militante, defensor das árvores das redes sociais do concelho de Aveiro, nunca lá deve ter ido, porque senão devia haver para aí intervenções com fatura a dizer que faltam lá árvores. Deve ser um suplício estar debaixo de

uma tenda de campismo debaixo de sol no Verão. Mas pronto as pessoas fazem as suas opções.

Mas tudo isto é muito estranho. É óbvio que as pessoas não sabem, mas nem a Câmara Municipal nem a Assembleia Municipal tem poderes de fiscalização sobre as Contas de qualquer uma das Juntas de Freguesia. Essa responsabilidade é da Assembleia de Freguesia. Portanto nós aqui só podemos deixar perguntas no ar e que esperamos, no bom-senso da Junta, nos façam chegar respostas a estas perguntas que aqui são deixadas. Até para que a Junta possa esclarecer o que é que se está a passar. De outra maneira, obviamente que as dúvidas se mantêm e são legítimas.

Quanto à rescisão do contrato, pois não há alternativa. A Câmara terá de defender os interesses do município. Como o Senhor Presidente já disse é preciso investir neste Parque, fazer projeto, etc. O Parque tem potencialidade, certamente que do ponto de vista económico é viável. Se calhar tem de haver algum ajustamento de preços. Há um parque ali ao lado e as coisas são como são. E depois as pessoas optam para onde querem ir, em função das suas disponibilidades e dos preços que lhes é apresentado.

Mas, fica a estranheza, de falta de resposta a estas perguntas! Disse.

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“Muito obrigado, senhor Presidente. Não, eu peço desculpa, mas isto é uma delegação de competências eu acho que nós temos toda a obrigação de fiscalizar e de estar atentos.

E o Senhor Presidente da Câmara também. Porque tem que perceber se a Delegação de Competências passa, se é bem cumprida ou não. Espero bem que isso aconteça nesta como em todas as outras Freguesias e com certeza que assim será. Penso que o Jorge Greno não terá pensado bem no que disse ou se estaria a referir-se tecnicamente a coisas mais concretas da Junta. Mas em relação a esta coisa que estamos aqui a discutir não tenho dúvida nenhuma.

Ó Senhor Presidente, eu fui ver a acta da reunião que fizemos em Julho de 2021. E eu chamava aqui a atenção, porque já tinha havido 5 penhoras, mas que ocupavam cerca de 60% do Orçamento da Junta e que o Senhor Presidente da Câmara não podia esclarecer porque não tinha as Contas na mão na altura. Só podia esclarecer o Senhor Presidente da Junta. Eu na altura até perguntei se ele queria esclarecer ou não preocupado com essa matéria. E dizendo também que, fica por perceber, que isto dá ideia que aquilo vinha tudo, enfim, que as execuções da Junta resultavam todas desta unidade independente (salvo seja), autónoma, do Parque de Campismo. E, portanto, já se falava disto há um ano.

Quando eu falei, ó Senhor Presidente, eu venho aqui fazer a mesma política que o Senhor Presidente fez, na intervenção que fez. A mesma. Eu sou membro da Assembleia Municipal e se for preciso votar contra o meu Partido em alguma matéria, votarei. Em primeiro lugar são as questões de Aveiro. E eu tenho histórico nessa matéria. E histórico quando o presidente da câmara era do meu Partido, que é um bocadinho mais difícil, convenhamos. O que até me causou até alguns dissabores com o Dr. Alberto Souto na altura, mas que eu trago como medalhas ao peito, porque entendi na altura de votar em defesa dos interesses de Aveiro e votei em consciência. E votarei sempre em consciência. Era só o que faltava.

E nesta situação também. Porque eu acho que isto tem que vir para trás. Manifestamente esta Junta de Freguesia não tem sido capaz de fazer a gestão do Parque de Campismo. isto está uma situação complicadíssima e o problema não vem só de agora, vem desde 2009. Vem desde 2009. E para a Câmara, que tem feito Delegação sucessivamente, o protocolo não exatamente de que ano é que é, mas penso que do final do mandato do Dr. Alberto Souto, e o certo é que desde o ano de 2009 a Junta só cumpriu durante seis anos a transferência que tinha protocolado. Ó Senhor Presidente quando lhe digo que devia ter decidido isto há mais tempo, e estar atento há mais tempo, eu disse mas não quero fazer numero politico e até

explico já. O Senhor Presidente da Câmara já não é adversário político. Já não é adversário político. A única coisa é um Presidente da Câmara eleito pelo Partido Social Democrata, mas um o meu adversário político, digamos assim (porque o Senhor Presidente estará de saída) é o Partido Social Democrata ou a coligação. A única coisa que eu tenho é de fiscalizar o seu mandato na medida em ajudá-lo a pelo menos acabar da melhor maneira possível os seus 12 anos na Câmara Municipal. Conte comigo para isso, conte comigo para isso.

Agora não é para isso que eu cá estou. A questão é, a Câmara Municipal vai reaver o Parque. Conte com o meu voto. E conte com o voto do Partido Socialista. Estaremos sempre lado a solução, estaremos sempre o da solução. A questão que eu lhe perguntei e porquê só agora! Porque eu acho que devia ter realmente sido mais cedo. E eu quando digo isto a si, eu não quero exonerar aqui o Presidente António Aguiar, que foi eleito pelo meu partido.

E ele vai ficar chateado comigo, mas lá calha. Mas eu não posso deixar de dizer. O Parque é especial dos habitantes de São Jacinto. Não, não, o Parque é de todos nós. E mais. É uma peça essencial ou deve ser uma peça essencial de dinamização do espaço turística em Aveiro, como é evidente. É evidente que serve a população de São Jacinto, é gente de São Jacinto que lá trabalham, são postos de trabalhos, pronto, isso tem como é evidente interesse para aquela freguesia, que tem umas as condições muito particulares.

Mas quanto melhor funcionar, mesmo para as pessoas São Jacinto, quanto melhor funcionar o Parque, com certeza será melhor para a economia local, como é evidente, toda a gente percebe isto.

E, portanto, estou nessa. Estou nessa. Agora não aceito que me diga que estou a fazer política com isso só porque eu lhe perguntei o óbvio Senhor Presidente, só porque eu lhe perguntei o óbvio. Como também já perguntei e aliás, o facto de eu constatar o óbvio, fará com que eu votarei enfim, uma questão, como é retirar uma delegação de competências de uma freguesia, de um eleito do meu partido.

E, portanto, estou perfeitamente à vontade em relações da matéria. Nunca deixarei de perguntar aqui o óbvio, seja a um camarada meu de partido, ou seja a vossa Excelência.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[023](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação [024](#) Ponto Único – Apreciação e votação da proposta de Rescisão Unilateral do Protocolo de Delegação de Competências de Gestão do Parque de Campismo de São Jacinto da Câmara Municipal de Aveiro na Junta de Freguesia de São Jacinto, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD16+CDS5+CHEGA1+PS5+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2) e um voto contra (PS1) - voto contra do PS foi do Presidente de Junta.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)[025](#)

“Senhor Presidente, solicito que a minha intervenção seja a nossa declaração de voto.”

Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa [026](#) colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Julho. Eram 22:30 horas do dia 29 de Julho de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)